EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 82/2021.

PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Araranguá, com sede administrativa na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro, informa que realizará licitação na modalidade Pregão na forma presencial para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO E LICENCIAMENTO DE PLATAFORMA DE REFORÇO ESCOLAR EM AMBIENTE ON LINE PARA ATENDIMENTO DE DUVIDAS DOS ALUNOS DOS 4° AO 9° ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TUDO EM CONFORMIDADE COM TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO,** pelo menor preço global.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002 de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 e alterações, Lei Complementar 147/2014, Decreto Municipal nº. 2.676/2005 de 19 de Maio de 2005, Lei Complementar n° 310/2021 de 19/03/202, subsidiariamente a Lei n° 8666 de 21/06/1993 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

" **Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:**

o **das 08h00 do dia 21 de Junho de 2021 às 10h15min do dia 01 de Julho de 2021.**

o **Início da Sessão Pública do pregão:**

o **10h30min do dia 01 de Julho de 2021.**

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

" Telefone: 48 3521.0929

" E-mail: licitacao@ararangua.sc.gov.br

" Endereço: Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro.

- Não serão aceitas e nem recebidas, em hipótese alguma, documentações e propostas após a data e hora aprazadas para esta licitação, ainda que tenham sido despachadas, endereçadas e ou enviadas por qualquer meio, anteriormente a data do Pregão.

- Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter publico que impeça a realização desta sessão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subseqüente, independente de nova comunicação, salvo que ocorra algum fato que impeça de assim ser procedido, o que será constado em Ata e devidamente justificado pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio.

- O procedimento licitatório é previsto em lei. A sessão de abertura da licitação é um ato publico e oficial, onde os participantes devem respeitar e cumprir as clausula previstas neste edital. O não cumprimento de qualquer um desses requisitos acarretará na desclassificação e/ ou inabilitação da participante ou no não credenciamento do representante.

ATENÇÃO: Somente será permitida entrada na sala de licitação de pessoas fazendo uso de mascaras de proteção, uma vez que se trata de medida preventiva contra a proliferação do Coronavirus, ainda reforçando os cuidados, orientamos aos participantes trazer caneta para uso individual durante a sessão

I - OBJETO

1 O objeto desta licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO E LICENCIAMENTO DE PLATAFORMA DE REFORÇO ESCOLAR EM AMBIENTE ON LINE PARA ATENDIMENTO DE DUVIDAS DOS ALUNOS DOS 4° AO 9° ANO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TUDO EM CONFORMIDADE COM TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL DE LICITAÇÃO.**

II - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão por conta dos recursos orçamentários previsto para o exercício vigente, sendo que a cada contratação de acordo com a necessidade de consumo será efetuado o devido empenhamento no item orçamentário especifico:

09 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

02 - Departamento de Ensino Fundamental

2.034 – Manut. Funcionamento Ensino Fundamental – Rec. Salário Educação

3390.0116 – Aplicações Diretas

3390.3911 – Locação de Software

(Cod. Reduzido 102)

III – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação, os interessados cujo objeto social seja pertinente ao objeto desta licitação.

3.2 – A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 incluindo alterações e Lei Complementar 147/2014, por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando-o à

aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado, sendo observado o contraditório e a ampla defesa.

3.3 – Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou publicação em órgão da imprensa oficial ou por qualquer processo de cópia autenticada via cartório competente, ou por servidor do Departamento de Licitações, à vistas dos originais.

3.4 - Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados, o Pregoeiro (a) e membros da Comissão de Pregão.

3.5 - Apresentem os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes, distintos que passamos a chamar de envelope nº 1, ou envelope da" DOCUMENTAÇÃO" e o envelope nº 2, ou envelope da "PROPOSTA DE PREÇOS" no local, data e horário indicados neste edital.

3.6 - Que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da lei nº 8.666/93.

3.7 – É vedada à participação de pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial; em regime de concordata e falência; que tenham sido declaradas inidôneas por ato do Poder Público nas esferas municipais, estaduais e federais; que esteja com direito de participar de licitação suspenso no município de Araranguá – SC; ou ainda, empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/ entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da comissão de julgamento e, por fim, Empresas que tenham participação societária do Prefeito (a), vice prefeito (a), vereadores (as) e os secretários (as) municipais ou na participação conforme lei orgânica do município de Araranguá- SC.

3.8 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor, e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

IV - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, **no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal**, na Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro, devendo ser instruída com os documentos hábeis a comprovar que o signatário detém poderes legais de representação para tanto, bem como obedecer ao prazo legar para interposição, sob pena de não conhecimento da impugnação;

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório, será tomada uma das seguintes providências:

a) Anulação ou revogação do edital;

b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;

c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

4.4 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital apontando as falhas ou irregularidades que o viciou, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil, que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso;

4.5 – A ausência de resposta da administração à impugnação apresentada, não impedirá a licitante de participar da abertura desta licitação, sendo esta respondida, posteriormente, na hipótese de impugnação não prejudicar as propostas;

4.6 – A perfeita compreensão do edital se dá somente mediante leitura integral do mesmo.

V - PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definido no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº. 1 - Proposta

Prefeitura Municipal de Araranguá/SC

Licitação nº. 82/2021

Licitante:

CNPJ:

5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ e inscrição estadual e/ou municipal, nome e CPF do representante legal;

b) número da licitação;

c) Preços com validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura da proposta;

d) Ser apresentada em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, básicos para a data de apresentação da proposta.

e) Uma única cotação, contendo marca, preços unitários e totais por item, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos fracionados até o limite dos centavos (duas casas decimais após a vírgula), sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

f) Nos preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, inclusive de frete e impostos para execução do objeto e outros necessários ao cumprimento integral do contrato, sendo para todos os efeitos o qual se presumirá assim independentemente de declaração.

g) Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

h) Quaisquer tributos, custos e despesas direto ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

i) Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado. Na hipótese prevista neste item, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua legitimidade de representação por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente certame, a falta de assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

5.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento. Também serão desclassificadas as propostas com preços inexeqüíveis comparados aos preços obtidos no mercado e superiores aos estabelecidos neste edital.

OBS: PARA MAIOR CELERIDADE DO PROCEDIMENTO, AS EMPRESAS INTERESSADAS PODERÃO APRESENTAR A PROPOSTA, ALÉM DA VIA IMPRESSA EXIGIDA NO EDITAL, GRAVADA EM MÍDIA ELETRONICA ATRAVÉS DO SISTEMA DE INFORMATICA QUE SERÁ FORNECIDO PELO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ.

Os interessados deverão solicitar o sistema pelo e.mail: licitacao@ararangua.sc.gov.br ou pelo telefone 48 3521.0929

VI – HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº. 2 – Habilitação

Prefeitura Municipal de Araranguá/SC

Licitação nº. 82/2021

Licitante:

CNPJ:

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.4 Quanto à qualificação jurídica:

a) Microempresas e empresas de pequeno porte: apresentar **Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial** para comprovação desta condição, na forma do art. 8º da IN n° 103/2007 do Departamento de Registro do Comercio (DNRC);

b) Microempreendedores Individuais: apresentar Certificado de Condição de Microeempreendedor Individual obtido no Portal do Empreendedor – MEI;

c) Sociedade Cooperativa de Consumo: Ata de fundação e Estatuto Social em vigor, com Ata de Assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro da Organização de Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver (art. 107, Ca Lei n° 5.764/1971);

d) Agricultor Familiar: Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, valida ou ainda, outros documentos definidos pelo órgão ministerial competente;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);

d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.5 Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (F.G.T.S.) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

d) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

6.6 Quanto à capacidade técnica:

a) Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove ter o licitante executado, ou estar executando, objeto similar ao presente objeto licitatório, desde que atenda e seja compatível com este edital e seus anexos.

6.7 Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, Lei nº. 9854/99 e no Decreto nº.4358/2002, de que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

6 8 – Quanto à qualificação econômico financeira

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, a data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso.

Obs.: Para as certidões emitidas no estado de Santa Catarina o licitante deverá apresentar outra certidão com a constante no item a) acima, conforme orientação a seguir:

A presente certidão é válida desde que apresentada com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço HTTPS://certeproc1g.tjsc.jus.br.

Para as certidões emitidas em outros estados será observado as orientações constantes das mesmas.

VII – SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do pregão, procedendo aos seguintes atos, em seqüência:

Credenciamento

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

7.3 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, e **declaração de enquadramento (anexo VI)** em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/206, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.4 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.5 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.6 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

7.7 Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação, conforme modelo disponível no **Anexo III**. É facultado ao proponente credenciado manifestar a declaração oralmente.

7.8 As microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas de apresentar a declaração prevista no item 7.7, desde que, cumprido o disposto no item 7.3 deste edital, apresentem declaração de que cumprem os requisitos de habilitação, exceto quanto à regularidade fiscal, os quais serão cumpridos para fins de assinatura do contrato, caso seja declarada vencedora do certame.

Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.9 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto a compatibilidade do objeto ofertado em relação ao especificado no edital e quanto ao preço inexeqüível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

Seleção das propostas para a etapa de lances

7.10 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

7.11 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas os demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

7.12 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

Etapa de lances orais

7.13 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, poderão os autores manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.14 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.15 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.16 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinarem da formulação de lances.

7.17 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.18 Ocorrendo empate proceder-se-a o sorteio.

7.19 Decorrida a etapa de lances, será concedida a prioridade de contratação de microempresase empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) superior da menor oferta, a fim de promover o desenvolvimento economico e social no ambito local e regional, nos termos da Lei Municipal n° 310/2021 de 19/03/2021.

7.19.1 Para efeitos do Art. 20 da Lei Municipal n° 310/2021, considera-se:

I – local ou municipal: o limite geografico do municipio de Araranguá;

II – regional: o ambito dos municipios constituintes da Associação dos Municipios do Extremo Sul Catarinense – AMESC;

7.20 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.21 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.22 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.23 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.24 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo o pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.25 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.24.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.25.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 5 cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.25.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direto à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Recurso

7.26 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.27 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

7.28 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.29 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado no Serviço de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Araranguá, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contra-razões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.30 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

VIII – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 As propostas serão julgadas e adjudicadas conforme definido neste edital e seus anexos.

8.2 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

8.3 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

8.4 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação

IX – DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar O CONTRATO, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Araranguá.

9.2. O licitante vencedor por item deverá manter durante o prazo de vigência do contrato todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas nesta licitação.

9.3.A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 9.1., dentro do prazo estabelecido, sujeitará, o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

9.4. A contratação com o fornecedor vencedor, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de instrumento contratual, nota

de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

X- CONTRATO

10.1 A empresa vencedora incluída vencedora do certame estarão obrigadas a celebrar os contratos e/ou Autorizações de Fornecimento que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata.

10.2 Caberá a contratada iniciar o fornecimento imediatamente após assinado o termo de contrato, mediante requisição emitida pelo contratante.

10.3 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº. 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

10.4 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Administração a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

10.5 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do **Anexo II** deste Edital.

10.6 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

10.7 Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o sistema de seguridade social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, estadual e municipal, sob pena de a contratação não ser concretizada, devendo manter estas certidões atualizadas.

10.8 Se a documentação anteriormente apresentada para habilitação ou constante do cadastro estiver dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação da mesma.

10.9 – O contrato terá sua vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme lei n° 8666/93.

XI – ENTREGA E PAGAMENTO

11.1 Os produtos entregues e aceitos serão pagos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal certificada por servidor designado pela Secretaria Municipa de Educação.

11.2 A entrega do objeto deste edital será conforme termo de referência, cabendo ao responsável conferi-lo e lavrar termo de recebimento para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

11.3 A contratada iniciará a entrega do objeto imediatamente após a assinatura do contrato, mediante requisição da contratante. O prazo máximo para inicio da implantação expresso na autorização de fornecimento – AF expedida pela diretora de compras da Prefeitura, a partir da data do recebimento, será de **30 dias.**

11.4 O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções.

XII – PENALIDADES

12.1 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Prefeitura e, será descredenciado no sistema CidadeCompras, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

a) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

12.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município de Araranguá.

12.3 Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

12.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis no Departamento de Licitações para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de trinta dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo anterior, serão inutilizados.

13.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

13.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.4 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

13.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.6 No interesse da Administração Municipal de Araranguá, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

13.7 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Comarca de Araranguá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

13.8 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Material e Patrimônio pelo telefone 0XX48 3521 0929, nos dias úteis, em horário comercial.

13.9 Faz parte deste Edital:

a) Anexo I – Termo de Referência
b) Anexo II – Minuta do Contrato;
c) Anexo III – Modelo de Declaração de preenchimento dos Requisitos de Habilitação
d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Idoneidade;
e) Anexo V – Modelo de Declaração de Não Existencia de Fatos Impeditivos a Licitação;
f) Anexo VI – Modelo de Declaração deEnquadramento;
g) Anexo VII – Modelo de Declaração de Não empregador de Menores.
h) Anexo VIII – Modelo de Credenciamento

Araranguá, SC, 18 de Junho de 2021.

Cesar Antônio Cesar

Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Contratação de plataforma de reforço escolar em ambiente online para prestação de serviços no atendimento as dúvidas dos alunos do **4° ano ao 9º** ano da rede municipal de Araranguá/SC.

2 - JUSTIFICATIVA

Aumento da eficiência do processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando tecnologias já existentes mais ainda não suficientemente difundidas na rede pública municipal, incentivando os estudantes para um melhor desempenho escolar e aumentando a eficiência do processo de ensino-aprendizagem, disponibilizando tecnologias já existentes mais ainda não suficientemente difundidas na rede pública municipal, incentivando os estudantes para um melhor desempenho escolar.

Um levantamento feito pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o Brasil lidera o ranking de repetência escolar na América Latina na educação básica. O índice de repetência do País foi de 18,7%, logo atrás, o Suriname, com 15,7%, e da Guatemala, com 12,2%;

Muitas crianças necessitam de complemento escolar para obter um melhor rendimento nos estudos, porém muitas famílias não podem investir em um professor particular. É natural e esperado que o ritmo de aprendizado seja diferente para cada criança. Ao longo do ano, sempre aparecem defasagens entre os alunos: onde uns são mais rápidos e outros têm mais dificuldades. E para que esses desníveis não se acentuem com o tempo, a melhor opção para nivelar os alunos é um ambiente on-line de apoio pedagógico interativo;

Considerando o momento atípico em que vivemos por conta da pandemia, somados aos esforços de diminuir as dificuldades por conta desta enfrentadas na oferta do ensino, foi elaborado em a nível estadual e regional, resultando a nível municipal Plano de Contingência COVID/19, no qual estão previstos além de várias medidas sanitárias, ações a serem aplicadas no ensino, dentre elas plano de recuperação paralelo para os alunos.
Justifica se a contratação com haja vista a necessidade em ofertar aos alunos do 4 ao 9º ano Apoio Escolar Online, pois muitas crianças necessitam de complemento das atividades e conteúdo, com vistas a possibilitar oportunidades de melhor aproveitamento escolar e por consequência rendimento nos estudos.

É sabido que a defasagem na aprendizagem tornou-se maior, com a pandemia, onde ficou prejudicada a realização de aulas presenciais, e com isso reduziu a participação aluno com professor no processo ensino aprendizagem.

Embora o ritmo de aprendizado seja diferente para cada criança, ao longo do ano, é indispensável que o poder público crie e oferte mecanismos para diminuir esses dados.
Assim a melhor opção no momento encontrada pela administração para nivelar os alunos é investir em um ambiente on-line de apoio pedagógico interativo;

- Potencializar e auxiliar o processo de ensino aprendizagem nas escolas;
- Motivar aos alunos o desenvolvimento de atividades educacionais, através do cenário *on-line* que permite um alto grau de interatividade e um grande realismo;
- Disponibilizar reforço escolar online, diariamente, 7 (sete) dias por semana sem limite de dúvidas mensais. Através do ambiente virtual da plataforma, os alunos obterão o direito de enviar dúvidas em todas as disciplinas, a saber: matemática, português, física, artes e literatura, história, inglês, ensino religioso, sociologia, filosofia, geografia, ciências, química e biologia;
- Criar um ambiente de relacionamento entre as comunidades de alunos, socializando suas ações e atividades por meio das tecnologias, visando o fortalecimento da cultura tecnológica na rede municipal de ensino;
- Criar um ambiente de aprendizado contínuo assistido pelo computador e celular, baseado numa metodologia de mediação direta com o professor, sem vídeo aulas, em ambiente on-line com interações através de mensagens com material lúdico, de modo que a construção cognitiva do aluno se faça de modo significativo e desta forma desenvolva as habilidades curriculares de modo mais prazeroso;
- Fortalecer a cultura tecnológica na rede municipal de ensino, através do envolvimento de diversos segmentos na Secretaria Municipal de Educação que desenvolvem atividades de TI e Comunicação nas escolas;
- Conscientizar alunos, pais e diretores sobre a importância do reforço escolar extraclasse individualizado e on-line, voltada a educação complementar atraindo a atenção da comunidade pelo desempenho e recompensas aos seus filhos;
- Despertar o interesse dos alunos pelos estudos através de um ambiente virtual interativo e pedagógico e recompensá-los através de ranking de uso, despertando o interesse através da gamificação da tecnologia na educação;
- Valorizar a importância do professor em sala de aula nas discussões de temas revisados no ambiente on-line de apoio pedagógico;
- Valorizar o acesso ao mundo digital, mantendo a tecnologia aliada aos estudos;
- Transmitir e adquirir conhecimentos, ressaltando as atividades práticas em sala de aula e as experiências vistas no ambiente on-line de apoio pedagógico;
- Acompanhar o desenvolvimento pedagógico dos alunos com diretores e pais, através de contatos por e-mail e telefone e reuniões presenciais;
- Estimular o trabalho em equipe na formação de grupos de estudos on-line;
- Fomentar os alunos na formação de opiniões, levantando novas questões, buscando soluções, criando cenários de aulas e concluir as dúvidas;
- Contribuir na formação educacional dos alunos;
- Tornar as aulas mais criativas e estimulantes, melhorando o rendimento profissional dos professores no avanço das disciplinas;
- Qualificar os alunos através de uma boa educação, melhorando assim a mão de obra em nosso município;

3 – OBJETIVOS

3.1 - Conscientizar alunos, pais e diretores sobre a importância do reforço escolar on-line, voltado à educação complementar, despertando o interesse do jovem pelos estudos através de um ambiente virtual gamificado, interativo e pedagógico, apoiando no melhor rendimento das notas.

3.2 - Melhorar o desempenho acadêmico dos alunos por meio de atividades complementares;

3.3 - Dinamizar o fluxo escolar, eliminando gradativamente a **repetência escolar**;

3.4 - Estimular o envolvimento dos docentes no processor educacional dos alunos;

3.5 - Aplicar novos **exercícios** de uma forma digital, mais fácil e detalhada, auxiliando nos deveres diários, trabalhos escolares e outros de natureza similar;

3.6 - Disponibilizar em ambiente online uma área restrita para o acompanhamento dos estudantes pelos diretores das escolas e secretária de educação, auxiliando na comparação do rendimento e o interesse dos alunos;

3.7 - Aumentar o IDEB do município, principalmente nas escolas com menor índice, nivelando a qualidade entre todas;

3.8 - Atender pais, alunos e diretores diariamente pela central de atendimento telefônico, whatsapp ou e-mail, para sanar dúvidas relacionadas à utilização da plataforma;

4 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS PARA A PLATAFORMA EDUCACIONAL EM AMBIENTE ON- LINE

4.1. O Plataforma deve apresentar uma facilidade de uso aos alunos;

4.2. A plataforma deve permitir ser utilizada sem limite de dúvidas mensal pelos alunos;

4.3. A plataforma deve permitir ser utilizada sem limite de acessos e interações de dúvidas já enviadas, possibilitando aos alunos simultaneamente em uma mesma escola o acesso *on-line* ao programa ora especificado.

4.4. Interface simples, de fácil compreensão para que os alunos visualizem suas dificuldades e tirem suas dúvidas de maneira *on-line*, permitindo uma maior interação e melhorando o aprendizado;

4.5. A Plataforma na versão web deve ser compatível com equipamentos que possuam no mínimo a seguinte configuração:

4.5.1. Processador Núcleo Duplo com frequência mínima de 2.0GHz;
4.5.2. Memória RAM 1Gb;

4.5.3. HD Sata 160Gb 7200rpm;
4.5.4. Placa de Rede;

4.6. A Plataforma na versão Web deve funcionar em ambiente Microsoft Windows e disponibilizar Aplicativo nativo ou híbrido aos alunos paradownloadem lojas, nas versões IOS e ANDROID;

4.7 A plataforma deve oferecer no mínimo 100 professores graduados disponíveis 7 (sete) vezes por semana, 360 (trezentos e sessenta) dias ao ano para anteder dúvidas e realizar correções de trabalhos dos alunos, com prazo máximo de até 8 (oito) horas para respostas aos alunos;

4.8. A plataforma e o ambiente virtual *on-line* deve possuir professores a disposição dos alunos nas disciplinas de matemática, português, física, artes e literatura, história, inglês, ensino religioso, sociologia, filosofia, geografia, ciências, química, biologia. A atendimento as dúvidas personalizadas de acordo com as orientações do PCM (Plano Curricular Municipal);

4.9. A plataforma pedagógica em ambiente on-line deverá permitir o gerenciamento da segurança e controle logístico via Internet em website seguro, relacionados à utilização dos alunos, através de senha e login específicos;

4.10 A plataforma deverá fornecer em ambiente online nas versões Web e Aplicativo, um ranking dos alunos que mais usam o reforço escolar, afim de premiar os primeiros colocados, tornando assim um maior engajamento dos estudantes no uso da Plataforma.

4.11. A Plataforma deve oferecer em versão web e aplicativo, uma interação entre todos os alunos para criação de grupos de estudos, conversas em grupos para melhor fixação dos conteúdos vistos em sala de aula, com possibilidades de busca de usuários para interações e conversas por chat;

4.12. A Plataforma deverá fornecer na versão web layout responsivo e diferenciado para acessos em diversos aparelhos tecnológicos, como tablet, notebook e celular (Windows, Android, IOS);

4.13. A Plataforma deverá ter em versão web e aplicativo espaço para lembretes dos alunos.

4.14. A Plataforma deverá ter em versão web e aplicativo um mural de recados e interação com postagem de fotos, proporcionando aos usuários um espaço interativo e estimulante destinado aos estudos;

4.15. A Plataforma deve oferecer além de professores online, profissionais de suporte em horários comerciais atendendo dúvidas dos usuários por telefone, whatsapp ou e-mail.

4.16. A Plataforma deve oferecer em ambiente online um espaço para aplicação de exercícios aos alunos, auxiliando os professores do município na criação de deveres diários, trabalhos escolares e outros de natureza similar quando fizer necessário;

4.17. A plataforma deverá fornecer em ambiente online um espaço exclusivo com (login e senha) para o DIRETOR de cada escola e a SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, para um maior gerenciamento dos alunos.

4.18. A plataforma deverá oferecer no ambiente online exclusivo do DIRETOR e SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, relatórios analíticos e gráficos de acessos dos alunos com atividades criadas e atividades realidades pelos alunos, visualização de dúvidas e respostas dos professores da plataforma.

5 - RELAÇÃO DO CONTEÚDO MÍNIMO PEDAGÓGICO

5.1 Tira dúvidas, correções de trabalhos e provas com apoio diário on-line, sem vídeo aulas, interações diretas com respostas dos professores da plataforma em materiais lúdicos e didáticos nas disciplinas de:

5.1.1 Português;
5.1.2 Matemática;
5.1.3 Física;
5.1.4 História;
5.1.5 Inglês;
5.1.6 Artes;
5.1.7 Literatura;
5.1.8 Sociologia;
5.1.9 Ensino religioso;
5.1.10 Filosofia;
5.1.11 Química;
5.1.12 Ciências;
5.1.13 Biologia;
5.1.14 Geografia;

6 - CAPACITAÇÃO:

Capacitação mínima de 2 (duas) horas para a equipe de Direção e Coordenação e 2 (duas) horas para capacitação dos professores da rede municipal, em um espaço e infraestrutura disponibilizados pela Secretaria de Educação, de preferência que seja nas unidades de ensino da rede municipal, facilitando o acesso e agrupamento dos alunos e professores. Em casos específicos a capacitação se dará de forma online com a mesma qualidade e tempo. Ao término da capacitação e implantação, todos os alunos deverão receber seus acessos (login e senha).

7. METODOLOGIA DA CAPACITAÇÃO:

A abertura dos trabalhos presencial ou online acontecerá em data a ser agendada previamente com a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e a agenda dos trabalhos deverá ser articulada com cada unidade de ensino, sob a coordenação da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. A capacitação e implantação serão realizadas da seguinte forma:

CAPACITAÇÃO PARA O APOIO PEDAGÓGICO EM AMBIENTE ONLINE:
IMPLANTAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS ACESSOS (LOGIN E SENHA):

7.1. CAPACITAÇÃO PARA O APOIO PEDAGÓGICO EM AMBIENTE ONLINE:

A fase de apoio pedagógico deve permitir aos alunos ampliar as práticas pedagógicas, elaborando aulas, tirando dúvidas e já utilizando o sistema nas dúvidas relacionadas às tarefas da escola.

Devem ser realizadas oficinas presenciais ou online, com duração de 60 (minutos) para os professores, com objetivo de alinhar a nova ferramenta de apoio pedagógico oferecida aos alunos.

Os atendimentos devem ser realizados pelos instrutores especialistas da empresa Contratada.

Nesta fase, os trabalhos de formação podem ser subdivididos em 02 períodos se necessário, para atender o maior número possíveis de professores, diretores e coordenadores.

7.2. IMPLANTAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS ACESSOS (LOGIN E SENHA):

6.1.2.1. Todo o programa de formação e capacitação dos alunos para correta utilização da plataforma de apoio pedagógico on-line, deve ser acompanhado por um especialista da Contratada, para a liberação dos acessos individuais (login e senha) pelos professores da rede municipal aos alunos.

Além do treinamento e implantação deverão disponibilizar vídeos tutoriais para ajudar nos primeiros usos de alunos, professores, coordenadores e diretores em suas respectivas Áreas de acesso.

8 - LOGÍSTICA E IMPLANTAÇÃO:

Locais de implantação:

A Plataforma, objeto deste documento, deverá ser instalado nas escolas (E.B.M. Almerindo Manoel da Luz, E.B.M. Jardim das Avenidas, E.B.M. João Matias, E.B.M. Nova Divinéia, E.B.M. Otávio Manoel Anastácio, E.M. Crianças Alegres, E.M. Itoupaba, E.M. Lagoão, E.M. Normélio José Emídio, E.M. Profª Judite Brígida Lúcio, E.M. Rio dos Anjos, E.M. Sanga da Toca I, E.M.E.I.F. Adelina Maria Silvano Soares e E.M.E.I.F. Adhemar Ghisi) da rede municipal de ensino, beneficiadas pelo presente projeto de Inserção Tecnológica na Educação.

Entrega e implantação:

A Plataforma, objeto deste documento, deverá estar disponível no prazo máximo de 30 dias a partir da assinatura do contrato com o Município..

Nas escolas que serão informadas pela Secretaria de Educação.

Ficará por conta da CONTRATADA todos os custos advindos as despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação da equipe que irá instalar e ministrar o treinamento do Software em ambiente on-line;

A divisão dos quantitativos será definida com base no quadro acima:

Sendo o preço Global de R$ 649.266,40 (seiscentos e quarenta e nove mil duzentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos).

Contratação de plataforma de reforço escolar em ambiente online para prestação de serviços no atendimento as dúvidas dos alunos do 4° ano ao 9º ano da rede municipal de Araranguá/SC

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNIDADE DEMEDIDA	QUANTIDADELICITADA	VALOR UNITÁRIO MAXIMO ADMITIDO	VALORTOTAL MÁXIMO ADMITIDO
1.	**IMPLANTAÇÃODOSISTEMAECAPACITAÇÃO**				
1.1	IMPLANTAÇÃO DA PLATAFORMA AOS ALUNOS PROFESSORES DIRETORES, COORDENADORES E FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, BEM COMO CADASTROS DE ALUNOS E UNIDADES ESCOLARES.	Serviços	01	R$ 61.300,00	R$ 61.300,00
2	**LICENCIAMENTOMENSAL**				
2.1	CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA DE REFORÇO ESCOLAR EM AMBIENTE ONLINE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ATENDIMENTO AS DÚVIDAS DOS ALUNOS DO 4° ANO AO 9º ANO DA REDE MUNICIPAL DE ARARANGUÁ/SC	Mês	12	R$ 48.997,20	R$ 587.996,40
				VAOR GLOBAL MÁXIMO ADMITIDO: R$ 649.266,40	

8 – DO GERENCIAMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO:

8.1 – O gerenciamento deverá ser feito via web, com os seguintes requisitos mínimos:

a) Web site seguro;

b) Acesso via login e senha;

d) Plataforma disponível 24 horas;

e) Permitir relatórios gerenciais tais como, histórico de consultas e acessos, referenciais, resumo de perguntas e respostas, atividades dos alunos entre outras;

f) Permitir acesso por computador, e aplicativo para alunos via celular;

g) Identificação do usuário bem como emitir relatórios de utilização do ambiente on-line por aluno (login);

8.2 – INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA PLATAFORMA:

a) A empresa Contratada deverá apresentar a ferramenta de monitoramento, bem como demonstrar funcionalidades, de forma que venha a promover o aprendizado na utilização das facilidades oferecidas pelo sistema;

b) A empresa Contratada deverá apresentar relatórios mensais de dados constando o conteúdo desenvolvido e o número de acessos efetivados, por aluno/escola, identificando os usuários;

c) A empresa Contratada deverá ainda disponibilizar meios de acompanhamento do monitoramento e rastreamento da utilização do sistema, bem como o acesso à ferramenta de trabalho dos relatórios oferecidos pela mesma, ou seja, planilhas em configurações que possam vir a ser utilizadas de maneira aberta pela Prefeitura, a fim de facilitar a manipulação da planilha e a conferência dos dados apresentados;

8.2.1 – OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DA PLATAFORMA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO OBJETO AQUI EXPLICITADO DEVERÃO INCLUIR:

a) Mão-de-obra referente à instalação dos mesmos e para treinamento da equipe da Prefeitura a fim de familiarização para com o sistema a ser utilizado;

9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. - A empresa Contratada deverá arcar com todas as despesas para instalação da plataforma utilizada, configuração e demais despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento integral do objeto do presente termo. Da mesma forma a empresa contratada deverá apresentar sempre que solicitada pela contratante, relatórios analíticos e detalhados informando todas as especificações constantes no presente termo;

9.2. - Ainda em relação a plataforma – ambiente virtual on-line, a empresa deverá realizar sua manutenção e consertos que se fizerem necessários num prazo de 24 horas, a partir da data em que for comunicada;

9.3. - A empresa Contratada deverá manter o sigilo das informações fornecidas e apuradas, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto da Entidade Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados neste sentido;

9.4. - Caberá à Contratada executar o seguinte serviço nos veículos especificados:

a) Instalação e adequação (regulagem para bom funcionamento) própria do objeto licitado;

b) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas e obrigações previdenciárias, trabalhistas, bem como pelas despesas tributárias decorrentes da execução dos serviços constantes do objeto;

c) Responder pela segurança e bem estar de seus empregados, responsabilizando-se por questões tais como alimentação, saúde e fornecimento de equipamento de proteção individual, entre outras que se fizerem necessárias;

d) Prestar pronto atendimento às Autorizações de Fornecimento expedidas pelo contratante;

e) Submeter-se à fiscalização do contratante quando solicitado;

f) Refazer os serviços considerados inadequados pelo contratante;

g) Manter seus funcionários devidamente uniformizados e com aparato de segurança requerido, quando em serviço;

h) Comunicar ao contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

i) Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for desde que praticada por seus funcionários;

j) Refazer, de maneira correta, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contando da comunicação, os serviços que forem rejeitados, ou apresentarem problemas em sua configuração;

k) Permitir ao gestor do contrato fiscalizar os serviços que estiverem sendo executados, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

10 – DA HOMOLOGAÇÃO DA PLATAFORMA:

10.1 – A licitante vencedora do certame deverá apresentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis presencialmente a plataforma ofertada para testes de homologação e prova de conceito, com agendamento prévio junto a Secretaria de Educação, que designará comissão para avaliação da plataforma.

10.1.1 – Caso a plataforma não seja homologada, será convocada a licitante classificada em segundo lugar e assim sucessivamente até que se encontre uma empresa que apresente uma plataforma que atenda a todos os termos deste termo de referência.

MARILUCE RODRIGUES DA SILVA BILCK
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO nº __/2021

O MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Dr. Virgulino de Queiróz, 200, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 82.911.249/0001-13 , neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. CESAR ANTONIO CESA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º , a seguir denominado CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa

..... Pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº . . . . . , com sede na . . . . . ., nº . . . . . , na cidade de. . . . . , Estado de. . . . . , neste ato representado pelo Sr. . . . . , brasileiro, ... , Portador da Cédula de Identidade nº. . . . . , com CPF nº . . . . . , residente e domiciliado na cidade de . . . . . , a seguir denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratada o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato é o fornecimento de ..... , os quais a CONTRATADA se declara em condições de entregar em estrita observância com o indicado nas Especificações do Anexo I e na documentação levada a efeito pelo **Pregão Presencial nº.XX/2021.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

Ficam integrados a este Contrato, independente de transcrição, os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da CONTRATADA: atos convocatório, edital de licitação, especificações, termo de referencia e proposta da proponente vencedora, parecer de julgamento e legislação pertinente à espécie.

Parágrafo Primeiro

A assinatura do presente contrato indica à CONTRATADA possuir plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se os mesmos às normas da Lei nº 8.666/93 e à totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento, a importância de R$ .....(.....), daqui por diante denominado "Valor Contratual", que serão empenhados a conta da dotação:

.....

.....

O valor deste contrato é meramente estimativo não cabendo a contratada quaisquer direitos caso o mesmo não seja atingido durante a sua vigência, ficando a critério do contratante a utilização ou não do valor.

O valor da entrega será calculado pelos preços unitários constantes da proposta da adjudicatária.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

Os produtos entregues e aceitos serão pagos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal certificada pelo departamento competente.
Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal, esta será devolvida à licitante para as devidas correções.
Os preços fixados pelo fornecedor somente poderão ser realinhados, se autorizados por norma legal ou instrução federal superveniente, mediante exibição de planilha demonstrativa dos custos do produto fornecido, na origem, e que reflitam desequilibrio econômico-financeiro do distribuidor e/ ou após 12 (doze) meses em forma de reajuste anual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato terá duração a partir da data de sua assinatura até 31/12/2021, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, tudo em conformidade com a Lei n°8666/93.

Parágrafo único

Correrão à conta da **CONTRATADA** o frete e todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os produtos objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Na forma do Art. 67 da Lei número 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pelo setor de TI.

CLÁUSULA SETIMA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

À CONTRATADA serão aplicadas multas pela CONTRATANTE a serem apuradas na forma, a saber: (a) de 0,1% *(um décimo por cent*o) do valor global do Contrato por dia consecutivo de

atraso em relação ao prazo de entrega dos bens; (b) de 1% *(um por cent*o) do valor contratual quando a CONTRATADA, por ação, omissão ou negligência, infringir qualquer das obrigações estipuladas neste instrumento; (c) suspensão do direito de participar em licitações/contratos da ora CONTRATANTE ou qualquer órgão da administração direta ou indireta *(federal, estadual ou municipa*l), pelo prazo de até 02 *(doi*s) anos quando, por culpa da CONTRATADA, ocorrer à suspensão ou a rescisão administrativa.

CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Quando da aplicação de multas, a CONTRATANTE notificará à CONTRATADA que terá prazo de 5 *(cinco*) dias para recolher à Tesouraria da CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO DE BEM *(N*S) E PRORROGAÇÃO

A plataforma contratada deverá ser implantada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com acompanhamento de profissional designado pela Secretaria Municipal de Educação, sendo observada as condições estabelecidas no termo de referência anexo ao edital de licitação.
As quantidades são estimativas não cabendo a contratada quaisquer direitos caso as mesmas não sejam atingidas durante a vigência do contrato, ficando a critério do contratante a utilização total ou parcial de cada item.
A Comissão fará a verificação do objeto conferindo a entrega realizada para posterior pagamento, caso aceito, ou notificar a Contratada, no caso de não aceitação.
Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser substituido, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.
O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

Parágrafo Primeiro

Ficando a CONTRATADA temporariamente impossibilitada, total ou parcialmente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos aos fornecimentos contratados, deverá esta comunicar e justificar o fato, por escrito, no prazo de 48 *(quarenta e oit*o) horas, para que, a contratante tome as providências cabíveis, inclusive no que diz respeito à aceitação ou não do alegado.

Parágrafo Segundo

Enquanto perdurar o impedimento a CONTRATANTE se reserva o direito de contratar o fornecimento do(s) bem(*n*s) com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE DE QUALIDADE

A CONTRATANTE reserva-se o direito de, a qualquer tempo, antes e após a contratação, solicitar inspeções para verificar se o(s) serviços e/ou o processo de implantação e posterior licenciamento atendem às exigências das normas e especificações técnicas.

Parágrafo Primeiro

Sendo a inspeção realizada nas instalações do fabricante, a CONTRATADA deverá avisar por escrito à CONTRATANTE, com antecedência de 2 *(dois*) dias, da data em que o bem estará pronto para ser inspecionado. A aceitação do bem inspecionado não isenta a CONTRATADA da responsabilidade quanto ao cumprimento dos termos de garantia do(s) bem(*n*s).

Parágrafo Segundo

O serviço entregue em desacordo com as características, especificações exigidas no edital, validade e/ou com as quantidades do edital, verificadas no ato de seu recebimento, deverá ser substituído ou complementado. Nestes casos, o prazo para reposição e/ou substituição e/ou complementação será determinado pela contratante e sua inobservância implicará a aplicação das penalidades previstas no edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA INEXECUÇÃO DO OBJETO

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 *(doi*s) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos: (a) quando a CONTRATADA falir ou for dissolvida; (b) quando a CONTRATADA transferir no todo ou em parte o Contrato sem a prévia anuência da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro

A rescisão do Contrato na mesma forma prevista no caput ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - Por ato unilateral escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93; II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo Segundo

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

Parágrafo Terceiro

A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Serão incorporados a este Contrato, mediante TERMOS ADITIVOS, qualquer modificação que venha ser necessária durante a sua vigência, decorrente das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações nas especificações quantitativas e qualitativas ou prazos dos bens fornecidos à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO CONHECIMENTO DAS PARTES

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 03 *(três*) vias de igual teor, a fim de que produza seus efeitos legais.

Araraguá, SC, ... de . . . . . .de 2021.

_____

Cesar Antônio Cesa

Prefeito Municipal

C O N T R A T A N T E

_____

Ass.

Cargo

Empresa:

C O N T R A T A D A

_____

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Secretaria

_____

xxxxxxxxxxxxxx

Diretora

Testemunhas:_____

Nome

CPF nº

_____

Nome

CPF nº

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Empresa: _____,

inscrito no CNPJ nº _____, com sede No Endereço:

Rua/Av. _____,

nº _____, Bairro: _____, no Município de _____ - SC, representado pela Sr. (a)

_____, Cargo: _____,

inscrito (a) no CPF nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação no presente pregão Presencial, Edital nº ____/2021 e ainda, que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Araranguá – SC, ____ de _____ de 2021.

Ass._____

Nome: _____

Cargo: _____

Empresa: _____

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

D E C L A R A Ç Ã O DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento Licitatório nº ____/2021, na modalidade Pregão Presencial, instaurado pelo Município de Araranguá, que não fomos declarados inidôneos e que não existe nenhum impedimento para licitar ou contratar com o Municipal de Araranguá.

Araranguá – SC, ___ de _____ de 2021.

_____

Nome:

RG nº _____CPF nº_____

Empresa:

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARANGUÁ

ARARANGUÁ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ____/2021

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

A Empresa: _____,

inscrito no CNPJ nº _____, com sede No Endereço:

Rua/Av. _____,

nº _____, Bairro: _____, no Município de _____ - SC, representado pela Sr. (a)

_____, Cargo: _____,

inscrito (a) no CPF nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, Edital ____/2021 da Secretaria de Educação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Araranguá – SC, ____ de _____ de 2021.

Ass._____

Nome: _____

Cargo: _____

Empresa: _____

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGADOR DE MENOR

DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

Empresa: _____,

inscrito no CNPJ nº _____, com sede No

Endereço: Rua/Av. _____,

nº _____, Bairro: _____, no Município de

_____ - SC, representado pela Sr. (a)

_____, Cargo: _____,

inscrito (a) no CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Araranguá – SC, ___ de _____ de 2021.

Nome:

Cargo:

Empresa:

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA

Empresa: _____,

inscrito no CNPJ nº _____, com sede No Endereço: Rua/Av. _____,

nº _____, Bairro: _____, no Município de _____ - SC, representado pela Sr. (a) _____, Cargo: _____,

inscrito (a) no CPF nº. _____, DECLARA, sob as penas da lei, que atende os dispostos da lei complementar nº123/2006 notadamente o artigo 3º , tendo direito aos benefícios estendidos pelo referido diploma.

Araranguá – SC, ___ de _____ de 2021.

_____

Nome:

Cargo:

Empresa:

ANEXO VIII

CREDENCIAMENTO

A empresa . . . . . , inscrito no CNPJ nº . . . . . , com sede à . . . . . , neste ato representada pelo(s) diretores ou sócios, com qualificação completa (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu Procurador o Senhor (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço), a quem confere amplos poderes para junto ao Município de Araranguá , praticar os atos necessários com relação à licitação na modalidade de Pregão Presencial, usando dos recursos, interpô-los, apresentar lances, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, e em especial, para esta licitação.

Local, data e assinatura, ...